

Catarinenses estão lá

A nova Federação Nacional dos Urbanitários (FNU) tem na sua diretoria três representantes da Intersindical dos Eletricitários de Santa Catarina. Delman Ferreira (Sinergia) é o novo secretário de Energia, Hélio Coimbra (Sinergia), diretor de Previdência e Seguridade e José Fontoura Dutra (Sintresc), é o tesoureiro.

Um saco pra muitos gatos

Os sindicatos dos bancários, eletricitários e administradores de Florianópolis, mais a Cut-Regional entraram com um pedido de inquérito civil público contra os ex-dirigentes do Besc, Mário Roberto Cavalazzi e Carlos Passoni Júnior por causa de prejuízos ao patrimônio público, que ultrapassam os 135 milhões de dólares, quando estiveram no comando do banco.

Expulsos por barrageiros

Na segunda-feira, dia 15 de agosto, diversos consultores contratados pelas empresas concorrentes no Consórcio da Usina de Itá foram expulsos pelos moradores da região atingidos por aquelas obras. Os barrageiros entendem que, além de só terem sido resolvidos 50% dos problemas sociais causados pela obra, mais de 70% da energia que será produzida por Itá irá para as grandes empresas, ficando apenas 30% na região.

Nº 283
25/08/94

LINHA VIVA

MARCHA UNIFICADA

Dia 25, manifestações promovidas pela CUT, protestam contra o Plano FHC

Marcha Unificada por Emprego, Salário, Reforma Agrária e Cidadania. É este o nome das manifestações que a CUT - Central Única dos Trabalhadores está promovendo nas principais cidades do país dia 25 de agosto. Trata-se de uma manifestação contra os efeitos do Plano Real para os trabalhadores que, segundo a Central, causou prejuízos ao reduzir na prática os salários.

Uma pesquisa realizada em São Paulo mostra que depois da vigência do Real uma cesta básica de 31 produtos que custava R\$ 80,71 passou a custar R\$102, com o salário Mínimo ancorado nos R\$ 64,79. Com relação a maio do ano passado, o salário mínimo caiu 21% e os preços aumentaram 29%, segundo o mesmo estudo.

A CUT está apresentando, ainda, números graves sobre o desemprego. Pesquisa Seade/Dieese aponta que em junho a taxa foi de 15,2%, uma das mais altas do país. Para quem acha que estes dados representam a realidade de um mês antes do Real, basta verificar que diversas empresas de grande porte



como a Monark e a Brastemp estão dando férias coletivas, que são o mais tradicional prenúncio de demissão em massa. Economistas não acreditam que os números do nível de desemprego de julho tenha sido muito diferente dos de junho.

SANTA CATARINA - Em Santa Catarina a manifestação vai acontecer somente na capital, "mas seu espírito deve envolver todos os trabalhadores do estado", conforme a Central. Em Florianópolis vai haver uma concentração em frente à catedral, às 17 horas, de onde sairá uma passeata pelas principais

ruas do centro da cidade.

O Sinergia está convocando os eletricitários para participarem da manifestação. "Neste momento em que se preparam as campanhas salariais, precisamos estar conscientes sobre os prejuízos que este plano nos traz e articulados com outras categorias para protestar e afirmar propostas alternativas para a sociedade.

Leia mais sobre o Plano Real na página central.

Expectativa na Escelsa

O presidente Itamar cancelou o leilão de privatização da Escelsa, previsto para sexta-feira dia 26. Itamar leu o documento elaborado pelos eletricitários que denuncia as maquiagens, inconsistências e erros grosseiros dos consultores que elaboraram o relatório e as avaliações da empresa. A expectativa é se o presidente suportará a pressão do candidato FHC que deseja a privatização das estatais.

Sinergia faz 33 anos

O Sinergia no dia 27 de setembro vai completar 33 anos com muita festa. Estão programadas atividades como a exposição "Pátria Amada Esquartejada" (01 a 12/09), na Faculdade de Educação da Udesc, a II Mostra Eletricitária de Artes Plásticas (13 a 26/09) nas sedes Eletrosul e Celesc, a Oficina de Fotografia (14, 16, 21 e 23/09) das 18h às 20h 30min, no sindicato, e a exibição do filme sobre a Rede Globo - "Muito Além do Cidão Kane".

Férias na Eletrosul

A Intersul está negociando a possibilidade de ampliar a limitação de número de empregados a entrarem em férias em janeiro e fevereiro. A empresa deverá enviar uma proposta ainda hoje.

Retenção de salários

O Departamento jurídico e Dieese estão estudando a questão da urvição do 13º salário, verificando o impacto das perdas. Com estes dados na mão a Intersul irá tratar do assunto com a Eletrosul.

Eleições em Lages

Em setembro o Sitieel (Sindicato dos Trabalhadores em Energia Elétrica de Lages) que atua em toda região Oeste do Estado vai realizar eleições para escolha de sua nova diretoria. As eleições acontecem entre os dias 12 e 16 de setembro e a nominata é a seguinte:

Diretoria Efetiva

Presidente: Ederaldo Antonio Johan (Celesc/Lages) Secretário: Juraci Luis Bolognest (Eletrosul/Itá) Tesoureiro: Valmir Vestarp de Carvalho (Celesc/Lages) Secret. Relações Sindicais: Luis Augusto Dalacosta (Celesc/SMO) Secret. Relações Trabalhistas: Sergio Edil Menegol (Celesc/Chapecó)

Suplentes Luis Sidnei Borghezani (Celesc/Chapecó) Jose Klafke (Celesc/SMO) Jose Carlos Espindola da Sil-

va (Celesc/Lages) Marcelo Ricardo Formolo (Celesc/Lages) Hamilton Oliveira Souza (Celesc/São Joaquim)

Conselho Fiscal Efetivo Cileas Paulo de Moraes (Celesc/Campos Novos) Carlos Alberto leal (Celesc/SMO) Moacir João Bortoluzzi (Celesc/SMO)

Suplentes Luis Plinio Bittencourt (Eletrosul/Itá) Edenir Bertuol (Celesc/Chapecó) Hélio Borges Rocha (Celesc/Curitiba)

Delegado Representante Efetivo Edson Sewald (Celesc/Joaçaba) Carlos Alberto Leal (Celesc/Videira)

Suplentes Jamir Gasparin (Celesc/Lages) Ederaldo Antonio Johann (Celesc/Lages)



Na segunda-feira passada foram empossados os 22 novos representantes sindicais do Sinergia, que ficarão no cargo por dois anos. Nas seguintes áreas: UP- Roçado, (Eletrosul) e DVON/Fpolis, Biguaçu, Palhoça e Santo Amaro (Celesc), como não surgiram candidatos será feito um novo processo de eleição.

Programação de Cinema

Esta é a programação de cinema do Centro Integrado de Cultura (CIC) e do ART 7 (Auditório da Prefeitura). Nas duas salas os eletricitários têm direito a meia entrada com a apresentação da carteira do sindicato, conforme convênios.

CIC

Dias 25 e 26 de agosto

20h 30min - Este Mundo é dos Chatos

Dia 27 - Sábado

18h 30min - Infância da mostra Sylvio Back - com a presença do diretor

20h 30min - Ciclo Renoir (entrada franca)

21h 30min - Baraka - O Mundo Além das Palavras

Dia 28 - Domingo

17h 30min - Rádio Auriverde

19h 30min - Este Mundo é dos Chatos

20h 30min - Ciclo Renoir

21h 30 min - Baraka - O Mundo Além das Palavras

ART 7

Dia 25 de agosto

19h e 21 horas - Loucademia de Polficia - Missão Moscou

EXPEDIENTE
Linha Viva é uma publicação semanal da Intersindical dos Eletricitários de Santa Catarina com tiragem de 7.500 exemplares. Conselho Editorial: Fábio Pedro Dal Bó, Arno Veiga Cugnier, Mauro G. Passos, Glauco C. Marques e Luiz Cézar Vieira. Editores: Gastão Cassel (DRT/RS 6166) e Marli Cristina Scamazzon (DRT/RS 4966). Ilustrações: Frank Maia. Diagramado e composto na Estação de Editoração Eletrônica do Sindicato dos Eletricitários de Florianópolis. Impressão: Gráfica do jornal Diário Catarinense. Redação: Rua Lacerda Coutinho, 149, Fpolis, SC. CEP: 88015-030. Fone (0482) 22-3866 Telefax: (0482) 23-5596. Cartas para a Tribuna Livre não podem ter mais de 30 linhas, e sua publicação fica a critério dos editores. As matérias assinadas não correspondem necessariamente à opinião do jornal.

A realidade que o Real esconde

A febre do Real, que assola a imprensa e forja um consenso artificial, entrou numa fase crítica, cujo sintoma é o ataque fácil às categorias organizadas e com maior capacidade de resistência aos prejuízos causados pelo plano econômico.

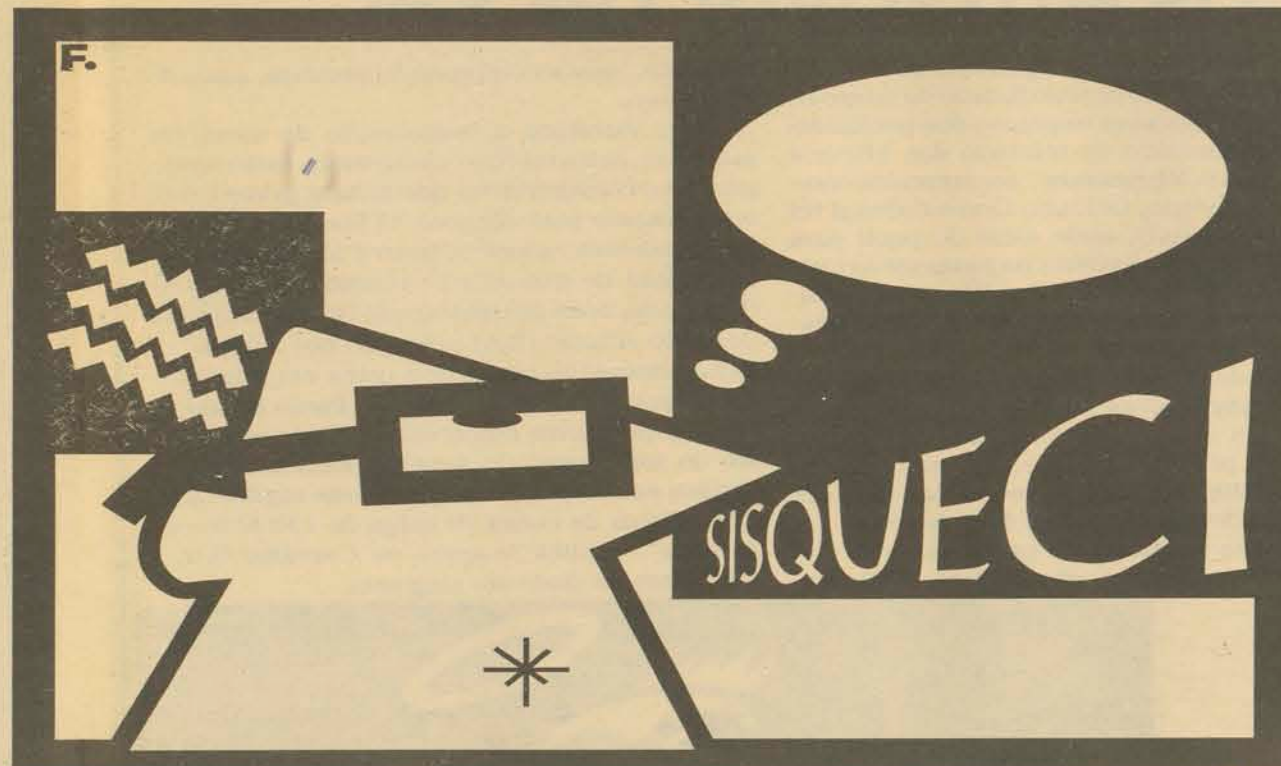
Um simples e minúsculo reajuste dos servidores federais - que não recompõem integralmente os salários - passou a ser criticado pela imprensa de forma contundente, como se todos os funcionários públicos fossem ociosos "marajás". No mesmo ritmo, as estatais voltam à cena como elefantes improdutivos responsáveis por tudo o que não funciona no país.

Há nisso tudo uma maquinação sutil e diabólica contra os brasileiros. Em primeiro lugar, trata-se de um ataque às categorias que, organizadas e conscientes, podem demonstrar a toda a sociedade as perdas salariais "reais" que sofreram, revelando o sentido eleitoreiro da nova moeda. É o caso de categorias com enorme tradição de luta como bancários, petroleiros e eletricitários, todas com data base entre setembro, outubro e novembro. Estes trabalhadores vão encontrar em suas campanhas salariais uma enorme resistência a qualquer conquista econômica, mesmo a reposição das perdas. Serão caracterizados como inimigos da "estabilização econômica", corporativos e antipatrióticos, por defenderem seus salários confiscados na conversão para URV.

Depois, o ataque às estatais é uma preparação da imagem das empresas, para que não haja resistência ao processo de privatizações que deve ser acelerado se FHC chegar ao Planalto.

ÍNDICES - Mesmo sabendo-se que existem perdas nada pequenas nos salários, há um coro bem afinado para garantir que os salários não sejam recuperados. Marcelo Pimentel, ministro do Trabalho e ex-presidente do Tribunal Superior do Trabalho - TST, já disse que "o TST já tem jurisprudência de respeitar os índices oficiais, caso contrário furaria o plano". Ele mesmo se encarregou de explicar à imprensa que se ele tiver que tomar qualquer decisão sobre reajustes salariais o fará levando em conta apenas o índice inflacionário criado depois do Real, o IPC-r. Na prática há uma "operação amnésia" para que as perdas salariais sejam esquecidas.

Segundo cálculos do Dieese, com a conversão para a URV houve uma perda salarial em torno



dos 35% e já se verifica um grande aumento na cesta básica (veja matéria na capa sobre manifestações da CUT).

O governo e a classe dominante vão investir tudo na desmoralização destes trabalhadores de estatais e de suas empresas, num esforço desesperado para "prolongar" a febre do real até o desfecho das eleições. Para isso, vão tentar desqualificar as justas manifestações contra o plano promovidas nesta semana pela CUT.

ELETRICITÁRIOS - Nas campanhas salariais da Celesc e Eletrosul não será diferente. A resposta mais provável às reivindicações é o "cumprimos a lei" (que restringe as questões econômicas ao pagamento da inflação julho/database). Mobilização é a palavra chave. Nada pode ser mais real do que as perdas salariais e a queda do poder de compra. Esta realidade ninguém pode esconder.

A tendência, no caso local, é que se provoque o "esquecimento" das perdas, como se no final do mês fosse possível esquecer que faltou dinheiro, que a conta foi para o negativo...

Classe média perdeu seu poder aquisitivo

A classe média perdeu consideravelmente o seu poder de compra, e cada vez mais adentra nos "negativos" do cheque especial, pagando por isso altos juros. O achatamento da capacidade aquisitiva se deve, especialmente, aos preços de mensalidades, habitação e planos de saúde, que foram impulsionados para cima depois do plano Real. Estas são despesas fixas características da classe média.

Conforme números divulgados pela Folha de São Paulo, as mensalidades escolares tiveram um aumento real em 20% a 70%, os aluguéis de 75% e os planos de saúde de 17%. Considerando-se um salário superestimado de 2 mil reais, estes itens passariam a comprometer a receita doméstica em cerca de 40%, sendo que antes da nova moeda absorviam cerca de 29% do salário.

Ministro do Trabalho investe contra organização sindical

O Ministro do Trabalho, Marcelo Pimentel, acaba de lançar um petardo contra a autonomia sindical. Semana passada ele baixou a Instrução Normativa nº3, onde se dá o direito de "organizar" o movimento sindical brasileiro, - apesar de nenhum trabalhador do país pensar que o setor é desorganizado. As leis criadas por ele entram em vigor dia 11 de setembro próximo e tratam do Registro Sindical.

As "normas" baixadas pelo ministro são consideradas no mínimo absurdas e, certamente, extremamente prejudiciais à organização sindical.

Em resumo, a partir de agora é o Ministro do Trabalho quem vai decidir quais entidades podem ou não se transformarem em sindicatos. Só terá vez de "opinar" a confederação "pelega" do ramo econômico ou profissional à que a entidade se relaciona.

Vale o registro de que, se fosse pelas confederações brasileiras, hoje não existiriam entidades como a CUT, as CGTs, a Força Sindical. As confederações no Brasil estão centralizadas nas mãos de antigos dirigentes, conhecidos pelo seu "conservadorismo".

Mas o ministro Pimentel foi além e, na mesma Instrução nº3 ele tenta acabar com a autonomia sindical quando proclama ser "vedada qualquer alteração dos estatutos" dos sindicatos. Isto significa que a partir de agora nenhum sindicato terá mais a prerrogativa de se auto-organizar internamente para atingir os objetivos a que se propõe.

Já quando era ministro do TST, Pimentel foi pródigo em retirar conquistas históricas da classe trabalhadora e outros direitos sociais.

Tudo isto só serve para demonstrar o já tradicional compromisso do ministro com a classe dominante e o seu desprezo pela própria Constituição que impede expressamente o Estado de intervir na organização sindical.

TRIBUNA LIVRE

A Falência do Sistema de Saúde

Hélio Coimbra
diretor do Sinergia

O Sistema Único de Saúde já nasceu falido e agora o Brasil não tem um modelo a seguir na área de atendimento público em saúde. Após as eleições serão dados novos encaminhamentos para a questão, e as perspectivas não são nada otimistas. O candidato Fernando Henrique Cardoso já prometeu, por exemplo, que irá privatizar o setor.

Os brasileiros que anos atrás reclamavam das filas do então INPS e mais tarde do INAMPS, hoje além de frequentarem filas muito maiores não têm qualquer garantia de que terão atendimento.

A extensão do atendimento a toda a população brasileiro, mesmo quem não contribuía para a Previdência Social, festejada na época em que foi adotada, acabou por revelar-se um golpe fatal ao sistema de saúde. O problema é que se apenas esse benefício tivesse esvaziado é que se apenas esse benefício tivesse esvaziado o caixa da Previdência, ainda haveria recuperação. Mas os sucessivos "rombos" provocados pelos escandalosos golpes de corrupção contra a Previdência, que somam milhões de dólares, solaparam completamente seus recursos.

Hoje, o Brasil é um país doente. Um paciente cuja cura ainda está longe de ser alcançada. Depende de esforço e boa vontade para que a doença não domine todo o organismo. Falando claro: precisa de honestidade, caráter, participação de toda a sociedade e competência administrativa nos ministérios da Previdência e Saúde para fazer uma assepsia completa no Sistema Único de Saúde.

É preciso dar um basta a essa situação. As pessoas não podem mais continuar morrendo à míngua por falta de atendimento médico-hospitalar. O governo federal precisa ajustar suas contas com a sociedade. Tem que resgatar essa dívida de sangue. O holocausto tem que parar. Velhos e crianças estão perdendo suas vidas. Trabalhadores, assalariados que contribuem para a Previdência não podem ser relegados à condição de indigentes, de miseráveis. Estamos nivelando por baixo. E mais sério: indigentes e miseráveis, classes que mais crescem no Brasil, também não têm qualquer perspectiva de vida. A se manter o quadro atual, perecerão. E o problema estará resolvido às avessas, de uma forma hedionda: com o desaparecimento dessas camadas da população.

Obras do setor elétrico são usadas em favor de FHC

Com o objetivo de influenciar nas eleições em favor do candidato Fernando Henrique Cardoso, o presidente Itamar está montando um cronograma de viagens para inauguração de obras que incluem a Usina de Nova Ponte (MG), a Usina de Xingó e uma Linha de Transmissão da Usina de Samuel, em Rondônia, já citada pelo candidato FHC, durante sua visita à região, quando anunciou que a eletricidade chegaria em breve ao local.

O governo brasileiro, seguindo uma tradição secular, mais uma vez se utiliza da máquina administrativa para perpetuar a elite e seus privilégios no poder.

Mais uma vez a Usina de Xingó é pivô de maracutaia do governo. Desta vez, o governo Itamar quer inaugurar a obra a qualquer custo em

setembro, mesmo que isto signifique colocar em risco o abastecimento de todo Estado de Alagoas.

Na semana passada a imprensa deu publicidade a um comunicado do ministro das Minas e Energia, Alexis Stepanenko, ao secretário-executivo do ministério, Delcídio Gomes (que já foi diretor da Eletrosul), onde além de pedir para rever/prever grandes eventos da pasta até as eleições, Stepanenko determina que Xingó seja inaugurada antes das eleições, apesar das dificuldades financeiras da Chesf.

A Usina de Xingó, está sendo construída no Rio São Francisco, na fronteira de Alagoas e Sergipe, com seis unidades geradoras de 535 MW cada. A primeira unidade, segundo o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas de Alagoas, deverá entrar em fase de testes em setembro, mas o sistema de escoamento de sua energia está atrasado e não poderá entrar em

operação, com a configuração prevista, antes de novembro.

Para viabilizar a inauguração da usina em setembro, pelos motivos eleitoreiros, estão sendo previstas configurações que afetam gravemente o suprimento para Alagoas. O Sindicato explica que atualmente aquele Estado é alimentado por três linhas de transmissão oriunda de Anjelim (PE) e uma linha de transmissão isolada derivada de Paulo Afonso (BA) passando por Xingó. "A única alternativa para por a usina em operação em setembro é utilizar a linha de Paulo Afonso e consequentemente retirar esta linha de transmissão do suprimento de Alagoas. Esta alternativa implica em prejuízo à operação em regime normal e riscos de cortes de carga de 150 MW em Alagoas", explica Joaquim de Carvalho Brito, presidente do sindicato alagoano.

Algumas palavras sobre isenção

Francisco José Karam
Jornalista, Professor e membro da
Comissão de Ética da FenaJ

Em 1989, o então candidato Fernando Collor assegurava, no programa eleitoral em rádio e tv, que o seu opositor mais forte, Luís Inácio Lula da Silva, iria confiscar a poupança dos brasileiros. Quem confiscou foi o próprio Collor, por um ano e meio, e a consequência disso todos sabem. Cinco anos mais tarde, o Comitê do candidato Fernando Henrique Cardoso distribuiu nota a centenas de veículos de comunicação no país, advertindo que Lula - novamente ele - vai confiscar, entre outras coisas, a poupança (chamada da Folha de São Paulo, Capa, 20.08.94, "Comitê tucano diz que Lula planeja calote"). Baseou-se, para isso, em supostas declarações do presidente do Banco Central, que já as desmentiu e assegurou que sua entrevista foi distorcida. O fato causou constrangimento ao próprio FHC.

Lula quer que a Justiça resolva o caso. Ela não resolveu, como ainda não resolveu o do pedido de Direito de Resposta, feito pelo partido dos Trabalhadores, contra matéria da revista Isto é que ligava supostamente o PT ao empresário Najun Turner. O direito foi dado e depois, em instância superior, negado. O direito de resposta que Brizola obteve na Justiça contra Roberto Marinho, que pelos seus veículos o chamou até de "senil", foi obtido dois anos após o fato e o pedido. É provável que Lula obtenha o direito de resposta mas... depois das eleições. Para isso é

bom lembrar que o mais neutro dos brasileiros, tão elogiado pela imprensa no processo eleitoral de 89, o então Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, foi, logo após as eleições, ser ministro do governo Collor.

No domingo, 21 de agosto, a chamada de capa principal de O Estado de São Paulo foi "Críticas ao Real ajudam Cardoso", argumentando que nas regiões mais remotas do país, quando Lula liga a moeda a FHC, quem perde é ele. Mas a matéria esquece de dizer que nas remotas regiões do país, onde não chega nada, chega ao menos, imagens e sons da TV Globo, e que só ela chega lá, e que ela, como poucas, já "esclareceu" a exaustão as vantagens do Real e já vez as devidas ligações entre o Plano e FHC. A Folha de S. Paulo, também no domingo, 21, traz a chamada de capa "Hoje, FHC ganharia sem 2º turno". Na contracapa, artigo do jornalista Gilberto Dimenstein reconhece que "Fernando Henrique tem a seu lado a máquina do governo - usada inescrupulosamente (segundo o jornalista) -, o poder econômico, simpatia de largos setores dos meios de comunicação, um bom, programa eleitoral e desempenho nos debates". Os jornais têm trazido, na maioria dos casos, só o bom desempenho, mas pouco falam do uso da máquina do governo.

O Código de Ética do Jornalista brasileiro estipula que o profissional "deve permitir o direito de resposta às pessoas envolvidas ou mencionadas em sua matéria, quando ficar demonstrada a existência de equívocos ou incor-



reções". O Código de Ética da Associação Nacional de Jornais determina que deve ser garantida "a publicação de contestações objetivas das pessoas ou organizações acusadas, em suas páginas, de atos ilícitos ou comportamentos condenáveis" e que os jornais devem "assegurar o acesso de seus leitores às diferentes versões dos fatos e às diversas tendências de opinião da sociedade". No caso do código dos jornalistas, feito pelos e para os jornalistas, há uma impossibilidade real: os jornalistas não controlam todo o processo de produção de informações. E o profissional não consegue garantir direito de resposta. No segundo caso, o código é feito pelos empresários e tem outra impossibilidade e seu nome é cinismo. Entre a afirmação, em palavras, sobre a necessidade de isenção jornalista, e sua prática, há muitos caminhos. Um deles é postergar o direito de resposta até que o fato não tenha mais relevância, embora já tenha causado prejuízos evidentes. Uma segunda possibilidade, assegurar diferentes versões dos fatos pode significar a superdimensão das que coincidam com a linha editorial e a minimização, ou a inserção secundária na edição, das que contrariam o

projeto político ou econômico da empresa jornalística. O próprio empresário Roberto Marinho, em discurso na Associação Brasileira de Imprensa, em 1977, assegurava que o jornalismo estava "acima da empresa" e proclamava o dever de todo o jornalista "perseverar mesmo quando sinta o peso do arbítrio ou o vazio da indiferença". Neste caso, o "peso do arbítrio" pode se chamar demissão e o vazio da indiferença, desemprego - do jornalista, é claro.

A Federação Nacional dos Jornalistas propôs a figura do ombudsman para as coberturas jornalísticas nas eleições de 94. O pedido balançou entre o descaso da maioria dos empresários de comunicação e a revolta da Folha de S. Paulo, que lançou virulento editorial contra a proposta.

Como em todas as eleições ou fatos polêmicos, a mídia posa de juízo, mas nega-se a ser, ela própria, objeto de discussão. Liberdade de Imprensa é o nome que os jornalistas dão à diversidade de opiniões, pluralidade de versões e correção de erros informativos. Interesse pessoal é a aplicação que muitos empresários da comunicação e editores dão ao conceito liberdade de imprensa.